



Um Olhar Sobre a Despesa Pública

Centro de Integridade Pública

Anticorrupção – Transparência – Integridade - Edição N° 2/2017 – Maio -Distribuição gratuita

O GOVERNO NÃO PROTEGEU AS DESPESAS NOS SECTORES SOCIAIS COMO PROMETERA

– Segundo o Relatório de Execução Orçamental de 2016

No momento da adopção do Orçamento do Estado para 2016 (OE 2016) Revisto, o Governo prometeu ao povo moçambicano que iria salvaguardar as despesas em sectores prioritários, especialmente no que concerne os sectores da Educação e da Saúde. Nessa ocasião, o Governo afirmou que os cortes orçamentais em 2016 não iriam afectar os sectores sociais.

Mas a execução do OE 2016¹ demonstra que as intervenções não passavam de promessas vazias.

Esta Nota tem o propósito de explorar o desempenho do OE 2016 e propor recomendações para evitar a repetição de falhas passadas durante a execução de orçamentos futuros, começando com o OE 2017.

¹ http://www.dno.gov.mz/docs/orc_estado/execucao/REO_JAN_DEZ_2016.pdf.

I. ANÁLISE DAS DESPESAS DO REO 2016

Uma das conclusões importantes desta Nota é a de que as promessas do Governo de salvaguardar as despesas para os sectores sociais, em especial os sectores da Saúde e da Educação, não foram cumpridas

A. DESPESAS NOS SECTORES SOCIAIS

Nota-se na Tabela 32 do REO 2016 (reproduzida em baixo) que, contrariamente às promessas, as despesas realizadas nos Sectores Económicos e Sociais, comparadas com as orçamentadas (actualizadas) no OE 2016 Revisto, foram TODAS inferiores. Pode-se dizer que, dum ponto de vista macroeconómico, é um resultado vantajoso, mas dum ponto de vista social é imprescindível que o Governo salvaguarde a despesa nos sectores com maior impacto social. Não obstante os critérios aceites internacionalmente como elementos de boa governação, o Governo ignorou o objectivo

de proteger as camadas mais vulneráveis. Notavelmente, o sector da Saúde recebeu só 76,0% do valor orçamentado, o das Infra-Estruturas só 59,7% e o da Educação 93,3%. Especialmente para os primeiros dois sectores acima mencionados, com taxas de realização abaixo da média de 84,7% para o total das despesas, esta falha do Governo de cumprir as suas promessas teve, e vai ter ainda, consequências negativas directas para o povo moçambicano. Os impactos mais fortes vão afectar os serviços básicos de que depende a população vulnerável.

Tabela 32: Despesas nos Sectores Económicos e Sociais

Sector	Ano 2015				Ano 2016								Taxa de Realiz. 2015/16 (%)	Variação 2015/16 (%) a/
	Orçamento		Realização		Orçamento				Realização					
	Anual	Jan-Dez	Realiz.	Taxa	Inicial	Revisto	Actualizado	Jan-Dez	Valor	Peso	Valor	Peso		
	Valor	Valor	Peso	(%)	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso		
(Em Milhões de Meticals)														
Educação	45.563	41.815	24,0	91,8	45.801	22,1	44.237	21,7	50.110	24,3	46.732	27,3	93,3	-9,5
Ensino Geral a)	36.743	35.168	20,2	95,7	36.066	17,4	36.282	17,8	42.262	20,5	39.878	23,3	94,4	-8,3
Ensino Superior	8.820	6.648	3,8	75,4	9.735	4,7	7.954	3,9	7.848	3,8	6.854	4,0	87,3	-16,1
Saúde	21.560	18.399	10,6	85,3	21.608	10,4	22.720	11,1	26.661	12,9	20.265	11,9	76,0	-14,8
Sistema de Saúde a)	21.464	18.303	10,5	85,3	21.597	10,4	22.600	11,1	26.554	12,9	20.169	11,8	76,0	-14,8
HIV/SIDA	96	96	0,1	100,0	11	0,0	119	0,1	107	0,1	96	0,1	89,0	-16,9
Infra-Estruturas	28.743	21.592	12,4	75,1	40.895	19,7	32.265	15,8	28.317	13,7	16.903	9,9	59,7	-42,6
Energia/Recursos Minerais	2.421	1.967	1,1	81,2	3.033	1,5	1.993	1,0	2.202	1,1	1.449	0,8	65,8	-41,1
Estradas	20.319	15.044	8,6	74,0	28.725	13,8	23.986	11,7	14.144	6,9	8.103	4,7	57,3	-57,1
Águas	3.748	2.560	1,5	68,3	4.974	2,4	4.478	2,2	9.946	4,8	6.202	3,6	62,4	52,5
Obras Públicas	2.255	2.022	1,2	89,7	4.164	2,0	1.808	0,9	2.025	1,0	1.149	0,7	56,8	-56,4
Agricultura e Desenv. Rural b)	13.193	11.366	6,5	86,1	15.340	7,4	14.037	6,9	15.165	7,3	8.831	5,2	58,2	-38,3
Sistema Judicial	4.609	4.238	2,4	92,0	4.272	2,1	3.921	1,9	4.538	2,2	4.050	2,4	89,2	-21,2
Ação Social	4.482	4.273	2,5	95,3	4.159	2,0	3.790	1,9	3.950	1,9	3.590	2,1	90,9	-32,2
Subsídios	866	866	0,5	100,0	679	0,3	602	0,3	122	0,1	122	0,1	100,0	-88,3
Trabalho e Emprego	782	762	0,4	97,4	810	0,4	606	0,3	748	0,4	642	0,4	85,9	-29,6
Total	119.799	103.312	59,3	86,2	133.564	64,4	122.176	59,8	129.611	62,8	101.135	59,2	78,0	-22,8
Despesa Total Excluindo Juros e Operações Financeiras	193.650	174.292	100,0	90,0	207.525	100,0	204.304	100,0	206.426	100,0	170.968	100,0	82,8	-28,8
Encargos da Dívida	7.622	7.622		100,0	12.500		15.122		16.309		16.309		100,0	53,5
Juros Internos	3.735	3.735		100,0	7.200		7.205		7.719		7.719		100,0	72,5
Juros Externos	3.887	3.887		100,0	5.300		7.917		8.590		8.590		100,0	35,2
Operações Financeiras	25.154	18.577		73,9	26.046		23.932		23.932		21.722		90,8	-21,4
Internas	10.306	3.730		36,2	8.200		8.100		8.100		5.919		73,1	32,4
Externas	14.847	14.847		100,0	17.846		15.832		15.832		15.803		99,8	-34,9
Despesa Total	226.425	200.491		88,5	246.070		243.358		246.667		208.999		84,7	-24,9

Em termos reais, com inflação média a 19,85% e variação cambial a 63,4%. a) Inclui serviços distritais de Educação e Saúde, respectivamente b) - Inclui Fundo de Desenvolvimento Distrital, infra-estruturas sócio-económicas, actividade económica e projectos de desenvolvimento rural nos sectores da Indústria e Comércio e da Administração Estatal.

Fonte: CGE 2015, MEX e Sectores

Na Caixa 1 resume-se o contexto de transparência quanto à elaboração do OE 2016, tanto inicial como revisto.

Caixa 1. Em que Medida a Implementação do OE 2016 Melhorou a Transparência

O REO 2016 é publicado num contexto onde sinais preocupantes em relação à boa governação, especialmente no que se refere à transparência das actividades do Governo na área da dívida pública, dominam o debate público. Estes eventos devem ser analisados no contexto dos desafios identificados e levantados pelo relatório de 2015 referente à Public Expenditure and Financial Accountability (PEFA = Despesa Pública e Responsabilidade Financeira) que mostraram com elevado destaque os desafios do país na gestão das finanças públicas influenciados pela fraqueza das instituições, principalmente para as questões ligadas à participação pública e à força das instituições fiscalizadoras, isto é, o Parlamento e o Tribunal Administrativo.

O relatório da PEFA 2015 assinala várias categorias de execução de políticas fiscais que andam muito mal em Moçambique. O indicador PI-2 (Composição dos resultados das despesas comparados com o orçamento original aprovado), de 31 indicadores, obteve uma notação de D+ (A sendo a notação melhor). Uma categoria onde o Governo não proporciona informação alguma à população de Moçambique corresponde ao indicador PI-4 (Levantamento e monitoramento do atraso no pagamento de despesas) que também obteve uma notação de D+. Cabe notar que neste caso a notação era de B+ tanto nos relatórios PEFA de 2007 como de 2010, quer dizer, houve uma deterioração notável e preocupante. Outra categoria de deterioramento da qualidade ocorreu para o indicador PI-6 (Abrangência das informações incluídas na documentação do orçamento) que obteve uma notação de C em 2015, comparado com B e A nos relatórios de 2007 e 2010, respectivamente. Ainda, o indicador PI-20 (Eficácia dos controlos internos para despesas não salariais) sofreu uma deterioração para C+, comparado com B e B+ em 2007 e 2010, respectivamente. Estas notações fracas em categorias importantes para uma execução transparente de um orçamento do Estado explicam em grande parte as falhas do Governo entre as promessas feitas na elaboração dos seus OE e os grandes desvios na implementação.

Na Caixa 2 resume-se o contexto da participação pública quanto à elaboração do OE 2016, tanto inicial como revisto.

Caixa 2. Contexto – Em Que Medida a Elaboração e Implementação do OE 2016 Melhorou a Participação Pública

Segundo a Open Budget Initiative (OBI) – cujo relatório foi divulgado pelo Centro de Integridade Pública (CIP) em parceria com o International Budget Partnership (IBP), uma instituição baseada em Washington, DC, Estados Unidos da América – Moçambique caiu da posição 53/100 em 2012 para a posição 71/102 em 2015, com 38 pontos, abaixo da média global de 45. O estudo de 2015 outorgou apenas 2 dos 100 pontos possíveis no que diz respeito à participação pública no processo de elaboração e formulação do OE. Este resultado indica que a criação de oportunidades para as Organizações da Sociedade Civil (OSC) se envolverem no processo orçamental é quase inexistente. Segundo o mesmo inquérito, que também examinou em que medida os corpos legislativos e instituições supremas de auditoria conseguem oferecer um controlo eficaz do orçamento, o Poder Legislativo oferece uma fiscalização fraca quer durante a fase de planificação do ciclo orçamental quer durante a fase de implementação do ciclo orçamental, recebendo só 33/100 pontos. Dos países da região da África Austral, Moçambique coloca-se como o segundo pior país, só um pouco melhor que o Estado “falido” do Zimbabwe (com 35 pontos). Portanto, estes resultados contrariam os discursos e promessas que têm estado a ser feitos pelas entidades do Governo que são responsáveis pelo Processo Orçamental, principalmente na gestão dos fundos públicos.

Outro pormenor é o facto de que, se bem que tenha havido algum esforço do Governo em reunir as OSC para lhes apresentar a Proposta do OE 2017, isto não foi suficiente: foi uma apresentação feita após a POE ser enviada à Assembleia da República. Ademais, o Legislativo não foi consultado antes da transferência dos fundos do Orçamento promulgado. Quer dizer, quaisquer receitas não esperadas e fundos de contingência que não foram identificados no Orçamento promulgado podem ter sido gastos.

Caixa 3. O Governo "Abusa da Confiança" do Legislador

O Governo demonstra com a CGE 2015 que o seu compromisso com o rigor e respeito pela Lei Orçamental continua problemático. A Lei Orçamental, no artigo 8, sobre transferências orçamentais, dá prerrogativas ao Governo de proceder a transferências de dotações e/ou transferências de verbas, mas que no final o Governo usa esta prerrogativa de forma unilateral e exagerada. O grande problema é que as dotações iniciais de quase todas as verbas são alteradas, como demonstra a Tabela 32, entre dotação inicial e dotação actualizada sem uma fundamentação clara.

Como prática recorrente nos sectores sociais está o facto de o Governo se desdobrar em apresentar um Orçamento Revisto, inclusive submetê-lo à aprovação e, durante a execução, actualizar os montantes das rubricas para valores algumas vezes acima e outras abaixo do orçamentado e, no final, a execução estar situada maioritariamente aquém do montante revisto inicialmente (antes da actualização).

Ao olhar com mais detalhe de como se originaram estes cortes (Mapa III-3) aparecem factores que ainda agravam a situação do povo. No sector da Saúde as despesas de funcionamento "só" foram cortadas em 7,6%, enquanto as despesas de investimento sofreram um corte de 38,2% (despesas financiadas com recursos internos) e de 38,3% para as financiadas com recursos externos (Mapa III-2). No sector das Infra-Estruturas (Mapa III-3), as despesas de funcionamento foram cortadas em 27%, enquanto as despesas de investimento com recursos internos caíram em 11,4%.

Mas as despesas de investimento com recursos externos sofreram um corte de 37,4%. Finalmente, no sector da Educação, as despesas de funcionamento só foram cortadas em 2,2%, enquanto as despesas de investimento sofreram um corte de 26,7% em média (24,0% para as despesas com recursos internos e 27,5% para as despesas com recursos externos).

Um sector com problemas crónicos é o sector da Saúde. Na elaboração dos Planos Económicos e Sociais (PES), as necessidades do sector são, ano após ano, ignoradas, e o sector, para muitas das suas categorias de despesa, enfrenta lacunas importantes que não lhe permitem exercer integralmente o seu papel social de prestador público de cuidados de saúde.

Existe o desafio de racionalização de recursos por forma a garantir um maior recurso disponível para as áreas sociais, designadamente Educação (construção acelerada de salas de aulas) e Saúde (alguns Centros de Saúde Tipo II + 2 casas, maternidades e armazéns de medicamentos).

O impacto da redução dos recursos é visível na não materialização do objectivo da expansão do acesso e melhoria da qualidade dos serviços da Saúde, destacando-se a colocação de 2,016 profissionais no Sistema de Saúde, dos 3,042 previstos para 2016².



Olhando para o OE 2016, o Fundo Comum ProSaúde teve uma carência de 34,3% quando se compara a sua realização com o montante orçamentado (Tabela 20). De fontes do Ministério da Saúde³, é previsível que a situação em 2017 piore se não houver grandes mudanças quanto a prioridades de investimento público para os sectores sociais, pois a Central de Medicamentos e Artigos Médicos recebeu no OE 2017 só 24,7% das suas necessidades expostas no PES 2017.

Ao mesmo tempo os fundos para as estratégias para o combate das doenças mais críticas em Moçambique vão ser cobertos em só 14,3.

Por tipo de despesa no sector de Saúde, realizada a nível do Orçamento do Estado (despesas de funcionamento e não considerando a componente interna de investimento), verifica-se a nível nacional que os Salários, Remunerações e Outras Despesas com Pessoal, bem como Bens e Serviços e Despesas de Capital, apresentam pesos muito diferenciados conforme sejam do Nível Central, Provincial ou Distrital⁴.

Tabela 20- Despesa de Investimento, segundo a Origem e Modalidade de Financiamento
(Em Milhões de Meticais)

Financiamento	Ano 2015			Orçamento			Ano 2016			Variação 2015/16 (%) a/	
	Orçamento Anual	Realização Jan-Dez	(% de Realiz	Anual		Realização Jan-Dez	(% de Realiz	Realização Jan-Dez	(% de Realiz		
				Inicial	Revisto						Actual
INTERNO	44.881,3	42.677,4	95,1%	41.339,0	28.870,3	28.870,3	23.310,2	80,7%	-54,4%		
EXTERNO	38.298,2	21.400,4	55,9%	42.526,6	47.144,5	47.144,5	23.055,7	48,9%	-34,1%		
Donativos	18.255,6	10.462,4	57,3%	15.800,0	18.137,1	19.753,7	13.078,3	66,2%	-23,5%		
Fundos Comuns	8.385,8	6.055,4	72,2%	7.462,5	9.325,7	9.413,1	6.501,3	69,1%	-34,3%		
FC-PROAGRI	72,4	55,5	76,7%	61,2	3,0	57,5	53,8	93,6%	-40,7%		
FC-FASE	3.506,8	2.832,7	80,8%	2.994,3	4.246,6	4.246,6	3.650,9	86,0%	-21,1%		
FC-PROSAÚDE	2.905,6	2.250,9	77,5%	3.058,6	3.058,6	3.058,6	2.010,8	65,7%	-45,3%		
FC-SISTAFE	259,4	152,0	58,6%	209,5	397,9	397,9	234,4	58,9%	-5,6%		
FC-PEDSA	8,8	0,0	0,1%								
FC-Apoio ao Tribunal Administra	109,9	27,9	25,4%	15,4	41,1	41,1	16,0	38,9%	-64,9%		
FC-INE	213,9	115,0	53,8%	105,0	266,9	309,1	159,8	51,7%	-15,0%		
FC-AAT	489,6	251,9	51,5%	319,0	407,9	430,9	137,0	31,8%	-66,7%		
FC-PPFD	49,2	43,6	88,6%	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0%	-100,0%		
FC-PES	280,9	182,0	64,8%	176,7	160,3	166,8	17,9	10,8%	-94,0%		
FCESTRADA	194,6	0,0	0,0%	233,0	0,0	0,0	0,0				
FC-PRONASA	209,4	137,4	65,6%	289,9	699,6	660,6	206,8	31,3%	-7,9%		
FCASAS	85,3	6,4	7,5%	0,0	43,7	43,7	13,9	31,7%	32,2%		
Outros Fundos	9.869,8	4.407,1	44,7%	8.337,5	8.811,5	10.340,6	6.577,1	63,6%	-8,7%		
Outros Fundos via CUT	5.598,3	1.820,3	32,5%	2.931,6	5.681,6	6.406,9	3.069,3	47,9%	3,2%		
Outros Fundos extra CUT	4.271,5	2586,75	60,6%	5.405,9	3.129,8	3.933,6	3.507,8	89,2%	-17,0%		
Créditos	20.042,6	10.937,9	54,6%	26.726,6	29.007,4	27.390,8	9.977,4	36,4%	-44,2%		
Outros Fundos via CUT	5.501,4	1.643,7	29,9%	3.363,4	5.644,2	6.026,7	2.310,0	38,3%	-14,0%		
Outros Fundos extra CUT	14.541,2	9294,20	63,9%	23.363,2	23.363,2	21.364,1	7.667,4	35,9%	-49,5%		
Total	83.179,5	64.077,8	77,0%	83.865,6	76.014,9	76.014,9	46.365,9	61,0%	-47,6%		

a/- Em termos reais, com inflação a 19,85 % e variação cambial a 63,4%.

3 Detalhe das Despesas Operacionais PES 2017 e Necessidades e Alocações 2017.xlsx.

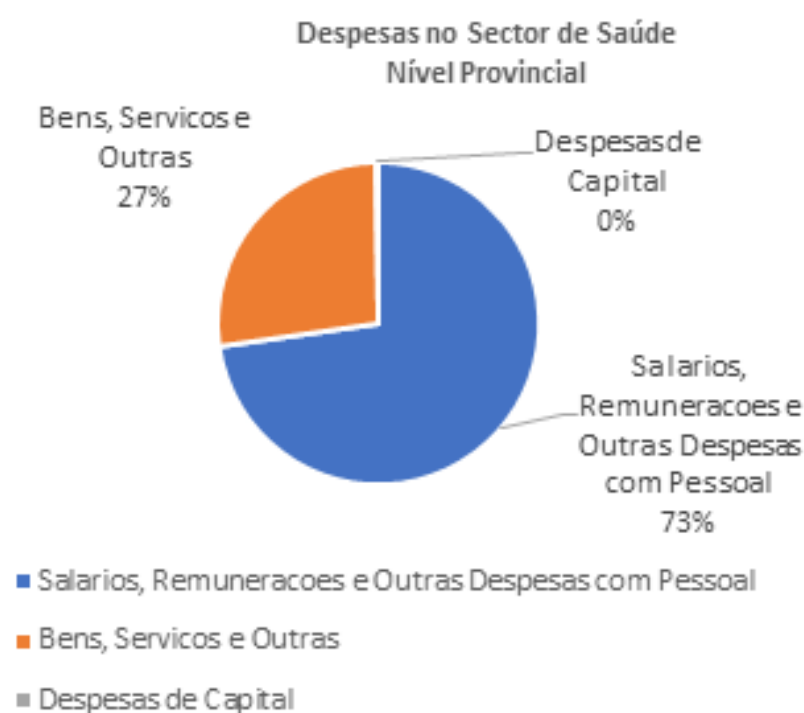
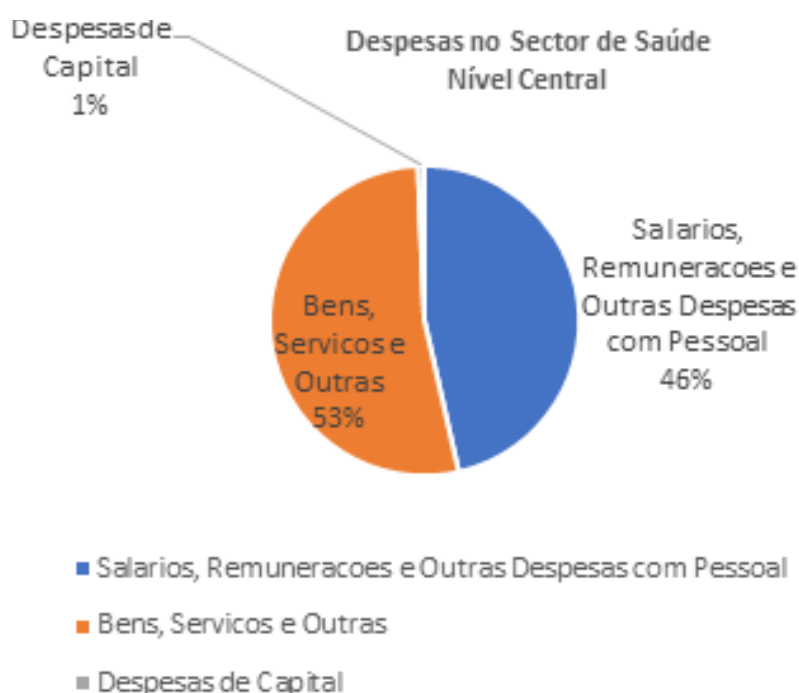
4 Ministério da Saúde, Direcção de Administração e Finanças, Relatório de Execução Orçamental (REO), Sector da Saúde, 2016.

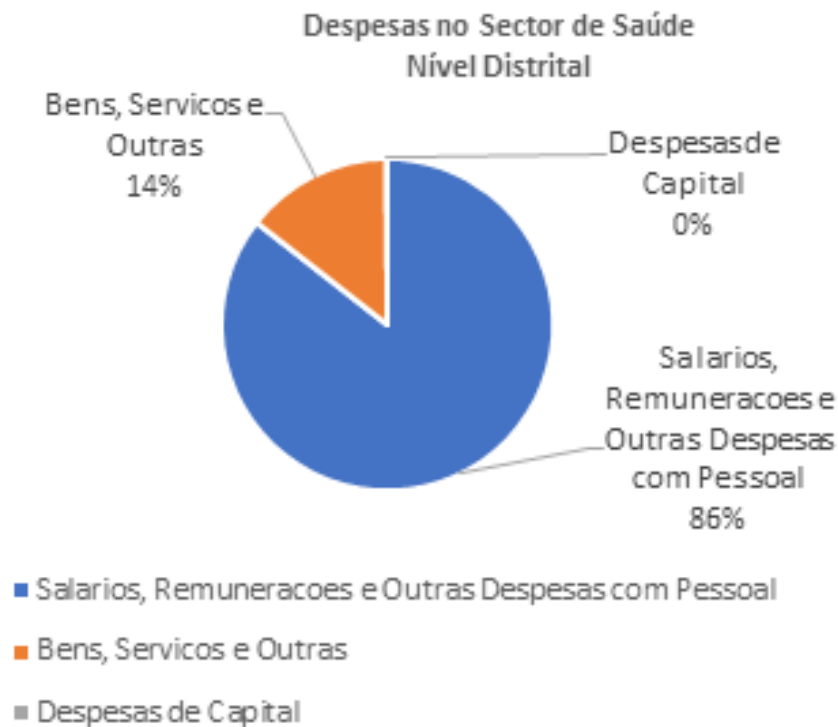
A nível nacional, os Salários, Remunerações e Outras Despesas com Pessoal representam 69% do total das despesas realizadas, enquanto os Bens e Serviços representam 30,7% e as Despesas de Capital 0,3%.

A nível Central, os Salários, Remunerações e Outras Despesas com Pessoal representam 46,5% do total das despesas realizadas, enquanto os Bens e Serviços representam 52,9% e as Despesas de Capital 0,7%.

A nível Provincial, os Salários, Remunerações e Outras Despesas com Pessoal representam 72,7% do total das despesas realizadas, enquanto os Bens e Serviços representam 27% e as Despesas de Capital 0,2%. A nível Distrital, os Salários, Remunerações e Outras Despesas com Pessoal representam 85,6% do total das despesas realizadas, enquanto os Bens e Serviços representam 14,3% e as Despesas de Capital 0,1%.

Gráfico 1. Despesas no Sector de Saúde por Âmbito





B. Despesas em Todos os Sectores

A análise das despesas sociais apresentadas em cima faz ressaltar que a componente dessas despesas financiadas com recursos externos foi a que mais divergiu entre o orçamentado e o realizado. Isto levanta duas perguntas: (1) por que os parceiros decidiram cortar o financiamento para as despesas de investimento? e (2) por que o Governo não compensou este corte com um aumento nas despesas de investimento financiadas com recursos internos?

Para saber por que os parceiros cortaram o financiamento para as despesas de investimento, vale a pena recordar que em Abril de 2016 se instalou a crise das dívidas ilegais. Os parceiros declararam oficialmente que iriam parar o apoio directo ao orçamento, o que denota a deterioração dos níveis de confiança quanto à eficiência da GFP no país, incluindo as instituições de governo, de controlo e fiscalização que poderiam garantir boa aplicação

dos recursos que estavam a desembolsar para projectos, seja em forma de donativos ou créditos. Portanto, este impacto de um maior controlo nos processos de verificação dos desembolsos causou embaraços caracterizados pela tardia disponibilidade de fundos ao Estado para executar as actividades previstas.

Para saber por que o Governo não compensou a carência nos desembolsos de fundos externos com

“A análise das despesas sociais apresentadas em cima faz ressaltar que a componente dessas despesas financiadas com recursos externos foi a que mais divergiu entre o orçamentado e o realizado. Isto levanta duas perguntas: (1) por que os parceiros decidiram cortar o financiamento para as despesas de investimento? e (2) por que o Governo não compensou este corte com um aumento nas despesas de investimento financiadas com recursos internos?”

maior disponibilidade de fundos internos, precisa-se de focar dois aspectos fundamentais:

Primeiro, a modalidade de cada projecto está sujeita a vários parâmetros de execução com uma certa dinâmica. Mesmo se se introduzissem atrasos na disponibilidade de recursos, no caso de carência de recursos externos, a planificação prevê, como princípio universal de execução de qualquer projecto, uma solução sequencial para superar estes atrasos.

Segundo, a alternativa de mobilizar recursos pelo Governo não é fácil, ou seja, estes recursos a curto prazo só são disponíveis no sistema bancário, seja do Banco de Moçambique (BM), seja dos bancos comerciais. No caso de recursos do BM, aumentar o crédito do BM ao Governo apresenta configurações macroeconómicas tais como: o BM ao dar créditos não programados afecta as variáveis macroeconómicas, como a taxa de câmbio e a inflação, pois cria dinheiro para a economia sem compensar com aspectos de redução de liquidez.

No caso de recursos de bancos comerciais, para o Governo obter recursos implica vender Bilhetes do Tesouro. Mas isto reduz a liquidez dos bancos que poderia ser utilizada para outros fins, notavelmente o crédito à economia. Portanto, quando o Governo “consome” mais crédito do sistema bancário, a economia sofre (Crowding-out do investimento privado).

As Despesas de Investimento com financiamento interno para os sectores sociais mostram como componentes mais importantes das deficiências no financiamento as rubricas seguintes: Agricultura, com uma realização de 47,8%; Saúde, com 61,5% e Acção Social, com 63,3%. Cabe realçar que dentro das Infra-Estruturas, o subsector de Águas e Obras Públicas teve a menor taxa de realização, de só 56,0%.

As Despesas de Investimento com financiamento externo para os sectores sociais mostram como componentes mais importantes das deficiências no financiamento as rubricas seguintes: Sistema Judicial, com uma realização de 36,1%; Agricultura, com 41,2% e Infra-Estruturas, com 43,4%.

Quanto ao sector da Saúde, não obstante uma taxa de realização das despesas totais para o sector aparentemente aceitável de 76%, as despesas deste sector têm graves problemas relacionados, na sua qualidade, como já mencionado em cima.

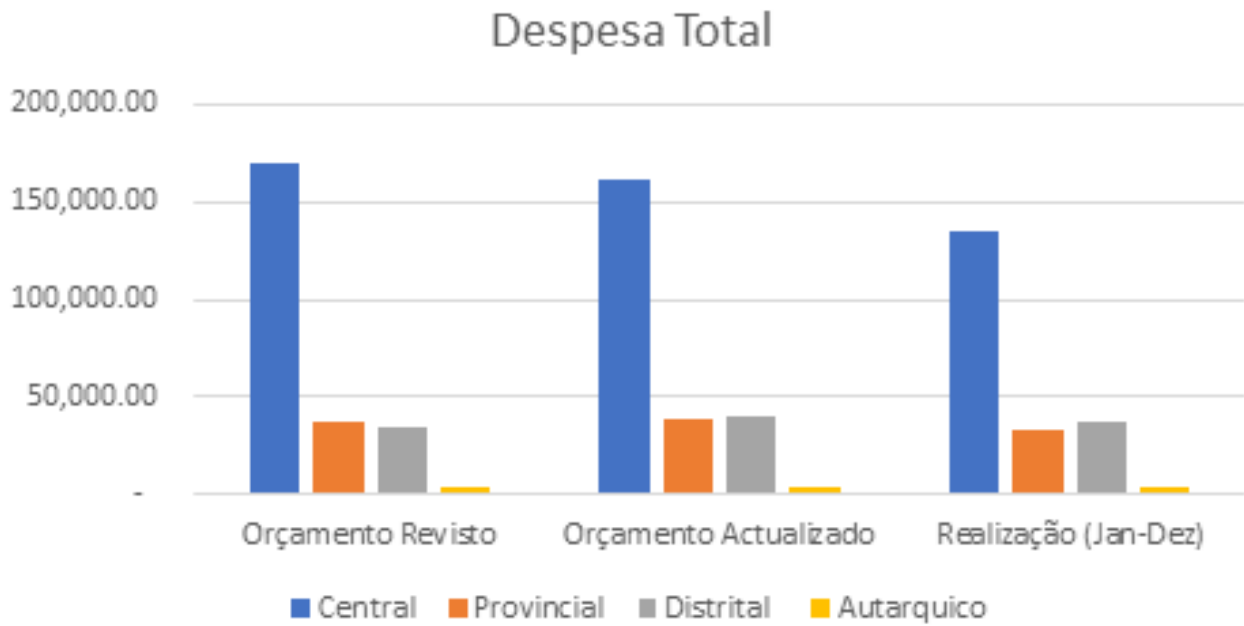
No sector da Educação, as despesas de investimento com financiamento externo foram cortadas em 27,5%, comparando a realização das despesas com o montante orçamentado. O Fundo Comum, FASE, financia uma grande porção (69,7%) das despesas com financiamento externo. Este Fundo teve uma carência de 14%, o que explica em grande parte a carência nas despesas de investimento com financiamento externo para este sector.



Quanto à distribuição das despesas do ponto de vista do Âmbito, a Tabela 14 do REO 2016 mostra que 64,8% (comparado com 60,2% em 2015) das despesas totais foram para o âmbito central, 17,5% (16,6%) para o âmbito distrital, 16,1% (21,6%) para o âmbito provincial e 1,6% para o âmbito autárquico.

Portanto, o âmbito central aumentou a seu peso a custo do âmbito provincial. Os detalhes da Tabela 14 do REO 2016 por tipo de despesa são apresentadas no Anexo 3 e Anexo 4.

Gráfico 2. Despesas Totais por Âmbito



II. ANÁLISE MACROECONÓMICA DO REO 2016 ⁵

Quando à realização, a Tabela A, elaborada pelo CIP, mostra que o défice do OE 2016 (27,6 MMT) ficou bem abaixo das metas postuladas tanto no Orçamento Inicial (52,2 MMT) como no Orçamento Actualizado (62,0 MMT). As Despesas Totais ficaram em 193,2 MMT, comparadas com 228 MMT nas duas versões do Orçamento.

As Despesas Correntes resultaram ligeiramente abaixo das cifras do Orçamento Revisto, em 2,5 MMT, para ficarem em 140,9 MMT. As categorias com mais ajustes relativos às cifras orçamentadas actualizadas foram, nos casos onde se verificaram reduções, as de Bens e Serviços (redução de 2 MMT) e Despesas de Capital (redução de 0,4 MMT) e, no caso em que se verificaram aumentos, a categoria de Despesas com o Pessoal (7,7 MMT).

Mas na componente de Despesas de Investimentos mostra-se uma cifra realizada muito inferior à orçamentada: 46,4 MMT realizados, comparando com os 83,8 MMT orçamentados e 76,0 MMT actualizados.

A queda na componente de investimento interno contribuiu quase com a metade (48,1%) na queda total de 37,4 MMT do total das despesas de investimento. Como já descrito em cima, os fundos comuns também caíram de forma importante, mostrando uma carência de 6,8 MMT para todos

os Fundos Comuns via Conta Única do Tesouro (CUT), além de uma carência de 5,0 MMT para Fundos fora da CUT.

O CIP está apreensivo com o facto de as despesas de investimento terem caído em 37,4 MMT, quando as despesas de funcionamento “só” caíram em 2,5 MMT. Isto ocorre num contexto de falta aguda de

recursos para o investimento e duma componente cada vez mais disposta para o aumento de despesas de funcionamento.

O CIP especula que a redução das despesas de investimentos a favor de uma protecção de despesas de funcionamento pode significar que está ocorrendo ainda mais rapidamente uma substituição das despesas de investimento com despesas improdutivas para indevidamente beneficiar segmentos pequenos da população de Moçambique,

para não dizer beneficiando a elite.

O CIP também está preocupado com o facto de o Governo não ter encontrado em 2016 uma solução para o serviço da dívida que aumentou dramaticamente causado pelas dívidas ilegais e cujo serviço de pagamento apareceu com pleno impacto pela primeira vez em 2016. Ao ter que se fazer face ao serviço da dívida, como discutido amplamente por vários órgãos de informação e pela Sociedade Civil em Moçambique, inclusive o CIP⁶, o impacto negativo sobre o “espaço fiscal” (recursos disponíveis que beneficiam a população) do orçamento agravou-se drasticamente em 2016.

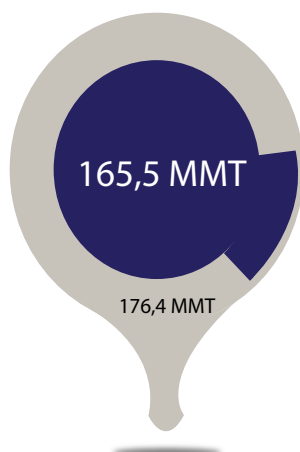
⁵ A metodologia para esta análise é discutida no Anexo 1.

⁶ 462–Um_olhar_sobre_a_despesa_publica_15-05-2016 – “Mozambique’s public debt disaster: Will the Government continue to avoid fiscal transparency?” e 459_um_olhar_despesa_09 – Desastre da Dívida Pública em Moçambique: Vai o Governo continuar a pautar por falta de transparência?

A. RECURSOS

A implementação do OE 2016 teve lugar no contexto duma conjuntura macroeconómica internacional débil, agravando sensivelmente uma contracção de crescimento do PIB moçambicano.

Mesmo assim, o total dos recursos (Receitas do Estado) registou uma taxa de execução de 94,0%, quer dizer, as projecções para o OE 2016 original, concebidas até finais de 2015, só falharam em 6%.



A realização de recursos de 165,6 MMT, comparando com uma orçamentação de 176,4 MMT⁷, dá uma boa nota às entidades encarregues de fazer estas projecções, tendo em conta que as contas foram preparadas numa conjuntura de um aumento de incerteza na área macroeconómica.

No que respeita aos detalhes dos recursos, nota-se que as Receitas sobre Bens e Serviços foram os que mais caíram na realização, em 11,5 MMT, comparando com o montante orçamentado. Os Impostos sobre Rendimentos caíram só em 1,9 MMT nesta comparação.

Tabela 10 - Receitas do Estado
(Em Milhões de Meticais)

Classificação Económica	Ano de 2015			Ano de 2016				Variação 2015/16 (%)
	Orçamento	Cobrança	%	Orçamento	Orçamento	Cobrança	%	
	Anual	Jan-Dez	Realiz	Anual	Revisto	Jan-Dez	Realiz	
RECEITAS CORRENTES	157.520,4	152.796,4	97,0	173.221,8	162.353,5	159.452,8	98,2	4,4%
Receitas Fiscais	133.009,3	129.657,1	97,5	151.431,5	144.448,4	138.493,5	95,9	6,8%
Impostos s/ o Rendimento	51.411,1	57.919,1	112,7	66.178,6	65.046,7	64.273,0	98,8	11,0%
Impostos s/ o Rendimento de Pessoas Colectivas	29.624,0	36.498,4	123,2	41.967,7	40.852,1	37.263,3	91,2	2,1%
Impostos s/ o Rendimento de Pessoas Singulares	21.684,4	21.311,2	98,3	24.112,4	24.108,7	26.858,3	111,4	26,0%
Imposto Especial sobre o Jogo	102,7	109,4	106,6	98,5	85,9	151,5	176,2	38,4%
Impostos s/ Bens e Serviços	75.178,9	67.036,1	89,2	80.215,2	74.466,5	68.708,9	92,3	2,5%
Imposto s/ o Valor Acrescentado	49.278,1	46.553,1	94,5	53.266,8	48.407,0	49.647,7	102,6	6,6%
IVA - Nas Operações Internas	21.523,6	21.877,0	101,6	21.928,0	19.157,3	28.199,4	147,2	28,9%
IVA - Nas Importações	27.754,5	29.842,4	107,5	31.338,8	29.249,6	30.905,0	105,7	3,6%
Imp. s/Consumo Esp. Produção Nacional	7.228,2	4.070,3	56,3	5.146,2	5.146,2	3.702,0	71,9	-9,0%
Imp. s/Consumo Esp. Produtos Importados	5.421,1	3.769,2	69,5	7.882,4	6.995,3	3.020,0	43,2	-19,9%
Imp. s/ Comercio Externo	13.251,6	12.643,5	95,4	13.919,7	13.918,0	12.339,3	88,7	-2,4%
Outros Impostos	6.419,3	4.701,9	73,2	5.037,6	4.935,2	5.511,6	111,7	17,2%
Receitas Não Fiscais	11.360,2	11.981,5	105,5	10.246,2	9.664,3	9.213,9	95,3	-23,1%
Das quais Receitas Próprias	4.437,4	5.810,4	130,9	5.080,6	4.779,9	6.656,4	139,3	14,6%
Receitas Consignadas	13.150,9	11.157,8	84,8	11.544,1	8.240,9	11.745,3	142,5	5,3%
Das quais Taxa sobre os Combustíveis	6.850,5	5.036,9	73,5	6.370,1	3.503,4	4.090,1	116,7	-18,8%
RECEITAS DE CAPITAL	3.187,4	3.096,6	97,2	3.187,4	3.187,4	6.142,5	192,7	98,4%
Alienação de Bens	0,0	78,3		0,0	0,0	67,7		-13,5%
Alienação do Património do Estado		78,3		0,0		67,7		-13,5%
Outras Receitas de Capital	3.187,4	3.018,3	94,7	3.187,4	3.187,4	6.074,8	190,6	101,3%
Dividendos		1.026,7				3.401,1		231,3%
Outras	3.187,4	1.991,7	62,5	3.187,4	3.187,4	2.673,7	23,1	34,2%
Total	160.707,8	155.893,0	97,0	176.409,2	165.540,9	165.595,3	100,0	6,2%

O valor do IVA Bruto cobrado é de 59.104,4 milhões de meticais, tendo sido deduzido o montante de 9.456,7 do reembolso do IVA =49.647,7 milhões de Meticais

Fonte : CGE 2015 e Autoridade Tributária de Moçambique

A Tabela A, abaixo, faz a comparação das cifras orçamentadas iniciais¹, revistas e realizadas (recursos efectivamente cobrados).

Item	Lei]	Orçamento Rev. /Act 2]	Realização 3] Valor (em MMT)
RECEITAS DO ESTADO	176.0	165.5	165.6
Receitas Fiscais	151.4	144.4	138.5
<i>Impostos sobre Rendimentos</i>	66.2	65.0	64.3
<i>Receitas sobre Bens e Serviços</i>	80.2	74.5	68.7
<i>Outros Impostos Fiscais</i>	5.0	4.9	5.5
Receitas Não Fiscais	10.2	9.6	9.2
Receitas Consignadas	11.5	8.2	11.7
Receitas de Capital	3.2	3.2	6.1
DESPESAS TOTAIS	228.2	227.5	193.2
(incl. Operações financeiras internas)	136.2	143.4	140.9
Despesas Correntes	71.3	70.1	77.8
Despesas com o Pessoal	29.0	24,8	22.8
Bens e Serviços	12.5	16.3	16.3
Encargos da Dívida	7.2	7.7	7.7
Juros Internos	5.3	8.6	8.6
Juros Externos	19.3	21.5	21.5
Transferências Correntes	2.1	2.0	2.0
Subsídios	1.3	0.4	0.3
Demais Despesas Correntes	0.5	0.5	0.1
Despesas de Capital	83.8	76.0	46.4
Despesas de Investimento	8.2	8.1	5.9
Operações financeiras internas	-52.2	-62.0	-27.6
Défice (base de compromissos); antes de donativos	52.2	62.0	27.6
FINANCIAMENTO	-1.5	11.9	-2.9
Financiamento Interno Líquido	7.6	21.8	9.1
<i>Créditos</i>	-9.1	-9.9	-4.4
<i>Amortizações</i>	0.0	0.0	-7.6
<i>Varição de saldos</i>	53.3	50.1	30.5
Financiamento Externo	62.0	56.0	41.9
Créditos e Donativos	-8.7	-5.9	-11.4
Amortizações			

Fonte: Elaborado pelo CIP com base nos documentos enumerados em baixo:

1] Orçamento Inicial = o limite da dotação orçamental aprovado pela Assembleia da República através da Lei n.º 2/2015, de 7 de Maio de 2015. As cifras orçamentadas iniciais das categorias Impostos sobre Rendimentos e Receitas sobre Bens e Serviços não aparecem como tais no REO.

2] Orçamento Revisto (para receitas)/Orçamento Actualizado (para despesas) = o limite da dotação orçamental actualizado pelo Governo com base nas competências atribuídas através do artigo 8 da Lei n.º 2/2015, de 7 de Maio de 2015.

3] Realização = cifras proporcionadas pelo Relatório de Execução do Orçamento (REO) Janeiro-Dezembro 2015.

4] Programa com o FMI = cifras obtidas do Relatório do Corpo Técnico [do FMI] Sobre... o Pedido de um Acordo de 18 Meses ao Abrigo da Linha de Crédito Stand-By, Janeiro 2016.

¹ Orçamento Inicial = O limite da dotação orçamental aprovado pela Assembleia da República através da Lei n.º 2/2015, de 7 de Maio de 2015. Isto também coincide com o documento da "Proposta do Orçamento do Estado para 2016" de 30 de Setembro de 2015.

B. DESPESAS

O panorama das despesas em todos os sectores mostra que os montantes orçamentados (iniciais, revistos e actualizados) estavam na média 14,8% por acima das despesas totais realizadas. Quanto às componentes das despesas, a realização das Despesas de Funcionamento ficou 1,7% abaixo da dotação actual, mas a realização das Despesas de Investimento com financiamento interno ficou 27,6% abaixo da dotação actual e a com financiamento externo ficou 51,1% abaixo – menos da metade dos montantes orçamentados.

Dentro das Despesas de Funcionamento cabe destacar que as componentes referentes às transferências e aos subsídios foram realizadas em quase 100%, comparando com a dotação actual. Comparando com o OE 2016 inicial, a realização das transferências mostra mesmo um excedente de 11,4%. Os subsídios tiveram realização de 94,9% com o OE 2016 inicial.

C. FINANCIAMENTO

O défice realizado do OE 2016 foi menos da metade do défice orçamentado (27,6 MMT em vez de 52,2 MMT). Isto é nada mais que o resultado das deficiências no financiamento das despesas de investimento.

O facto de as Receitas do Estado terem baixado numa cifra orçamentada inicial de 176,0 MMT para 165,6 MMT, quer dizer, em 10,4 MMT, foi mais que compensado por cortes nas despesas de investimento, de 37,4 MMT.

Se bem que o défice baixou dos 52,2 MMT orçamentados para 27,6 MMT, este acontecimento chamou a atenção do CIP pelo facto de que, ao mesmo tempo, houve uma acumulação de saldos de 7,6 MMT, identificada na Tabela 2 do REO (Equilíbrio Orçamental).

Isto quer dizer que o Governo acumulou dinheiro numa conta do Estado – o REO guarda silêncio total nas suas 552 páginas sobre qual foi a conta em questão – quando bem poderia ter sido utilizado este dinheiro para implementar mais obras públicas, das que já estavam orçamentadas.

Este facto tem sido recorrente e o CIP tem chamado à atenção para o risco da institucionalização⁸ do secretismo nas contas públicas, pois nem o TA⁹ consegue obter informação actualizada e satisfatória sobre a proveniência e o destino dos dinheiros referentes aos saldos¹⁰.

Além disso, baixou não só o Financiamento Externo (empréstimos e donativos), com os doadores desembolsando só 41,9 MMT dos 62,0 MMT orçamentados, mas também baixou o Financiamento Interno Líquido, em 1,4 MMT, pois em vez de utilizar o montante orçamentado de 7,6 MMT contratou-se crédito em 9,1 MMT (ao acumular 7,6 MMT em saldos numa conta desconhecida).

O CIP chama atenção mais uma vez à Assembleia da República e ao Tribunal Administrativo – como instituições responsáveis também pelo controlo e pela fiscalização do dinheiro público – para a prática do Governo de esconder dinheiro em contas desconhecidas, sem dar explicação alguma aos contribuintes e aos cidadãos sobre a aplicação do dinheiro ou dos saldos. Este tema foi debatido pelo CIP já anteriormente (numa Nota sobre a análise da CGE 2014)¹¹.

Uma das recomendações do CIP era de o Governo fazer a apresentação destes recursos de forma detalhada e informativa para o Tribunal Administrativo e para o público. O CIP insta ao Governo a fornecer aos contribuintes e cidadãos uma explicação de por que é que foram cortados os investimentos públicos a favor duma acumulação de saldos e a identificar a conta em que se acumulou o saldo.

8 http://www.cipmoz.org/images/Documentos/Financas_Publicas/REO_PARTE_IV.pdf

9 http://www.cipmoz.org/images/Documentos/Financas_Publicas/CIP_Nota_para_AR_sobre_o_Parecer_TA_Referente_a_CGE_2015_FINAL.pdf

10 http://www.cipmoz.org/images/Documentos/Financas_Publicas/42MMT.pdf

11 http://www.cip.org.mz/cipdoc/441_um_olhar_despesa_05.pdf, “Comentários sobre Relatório e Parecer da Conta Geral do Estado (CGE) referente ao Orçamento do Estado 2014,” página 4ff.

D. CONCLUSÕES

Com esta Nota abordamos qual foi a qualidade das despesas no OE 2016. Uma das conclusões importantes é a de que as promessas do Governo de salvaguardar as despesas nos sectores prioritários, em especial os sectores da Saúde, Água e Obras Públicas e Educação não foram cumpridas.

A análise das despesas sociais fez ressaltar que a componente dessas despesas financiada com recursos externos foi a que mais divergiu entre o orçamentado e o realizado.

Também em 2016, o âmbito central aumentou o seu peso à custa do âmbito provincial.

O CIP está apreensivo com o facto de as despesas de investimento terem caído em 37,4 MMT, quando as despesas de funcionamento “só” caíram em 2,5 MMT. Isto ocorre num contexto de falta aguda de recursos para o investimento e duma componente cada vez mais em aumento, a das despesas de funcionamento improdutivas.

O CIP também está preocupado com o facto de o Governo ainda não ter encontrado uma solução para o serviço da dívida que aumentou dramaticamente com as dívidas ilegais cujo serviço de pagamento apareceu com pleno impacto pela primeira vez em 2016.

“O CIP chama atenção mais uma vez à Assembleia da República e ao Tribunal Administrativo – como instituições responsáveis também pelo controlo e pela fiscalização do dinheiro público – para a prática do Governo de esconder dinheiro em contas desconhecidas, sem dar explicação alguma aos contribuintes e aos cidadãos sobre a aplicação do dinheiro ou dos saldos.”

Se bem que o défice tenha baixado dos 52,2 MMT orçamentados para 27,6 MMT, este acontecimento chamou-nos à atenção pelo facto de que, ao mesmo tempo, houve uma acumulação de saldos de 7,6 MMT, identificada na Tabela 2 do REO. Isto quer dizer que o Governo acumulou dinheiro numa conta do Estado – o REO guarda silêncio total das suas 552 páginas sobre qual foi a conta em questão.

O CIP chama atenção mais uma vez à Assembleia da República e ao Tribunal Administrativo – como instituições responsáveis também pelo controlo e pela fiscalização do dinheiro público – para a prática do Governo de esconder dinheiro em contas desconhecidas, sem dar explicação alguma aos contribuintes e aos cidadãos sobre a aplicação do dinheiro ou dos saldos.

ANEXO 1. METODOLOGIA DA ANÁLISE MACROECONÓMICA

Para a análise nesta Nota o CIP baseou-se nas normas aceites e aplicadas internacionalmente como “best practice” pelo Conselho Internacional de Normas Contabilísticas do Sector Público (International Public Sector Accounting Standards Board, IPSASB), conhecidas como Plano de Contas (*Chart of Accounts*).

Segundo Cooper e Pattanayak¹, “O Plano de Contas, mesmo se muitas vezes...é negligenciado do sistema da gestão das finanças públicas (GFP), ...é possivelmente o elemento mais crítico para que a GFP funcione bem,... incluindo o acompanhamento e elaboração de relatórios sobre a execução orçamental.”

O Plano de Contas fornece uma estrutura de codificação para a classificação e registo de informação financeira (tanto para fluxos como para saldos) no âmbito da gestão financeira.

A estrutura de classificação não só deve atender aos requisitos legais e administrativos para a gestão do orçamento e relatórios financeiros, mas também deve obedecer a certas normas internacionais sobre relatórios financeiros e estatísticos. Do ponto de vista de gestão do orçamento, o Plano de Contas deve atender os requisitos de planeamento, controlo e elaboração de relatórios das dotações orçamentais.

A gestão de um Plano de Contas tem sete princípios fundamentais: abrangência; desagregação adequada; exclusividade mutual (para evitar confusão no registo de transacções); furtar-se de redundância; consistência interna; estrutura unificada (entre unidades gestoras); capacidade de expansão (para necessidades futuras). A Caixa que segue resume essas normas internacionalmente aceites e detalha as falhas no sistema utilizado pelo Governo moçambicano.

Caixa 4. Normas Contabilísticas Internacionais do Sector Público

As informações contáveis e fiscais constituem importantes ferramentas à disposição do gestor público para a tomada de decisão. Além disso, segundo as obrigações internacionalmente aceites, as Contas Fiscais devem ser apresentadas aos cidadãos e aos órgãos de controlo, em obediência ao princípio de transparência das contas públicas. Isto possibilita a comparabilidade entre os entes da Administração Pública e entre diferentes países. Mais importante ainda, permite a melhoria do processo de prestação de contas, tanto por parte dos órgãos de controlo, quanto pela sociedade.

Na opinião do CIP, no caso de Moçambique, as apresentações das contas fiscais ainda não correspondem às normas internacionais. Como evidência nota-se que, quando o Governo negociou o Programa com o FMI, as tabelas fiscais que acompanham o programa (ver Caixa 3, em baixo) têm uma apresentação diferente da das tabelas que o Governo utiliza para fins internos e para a publicação dos seus relatórios.

Eis as grandes diferenças entre a apresentação das transacções fiscais nas contas do Governo e a apresentação internacional:

- O tratamento da dívida. As contas do Governo não são transparentes quanto à informação sobre a dívida. As tabelas do Governo falam em primeiro lugar de “encargos da dívida.” Só ao procurar detalhes desta rubrica em outras tabelas se descobrem os componentes específicos: juros externos e internos (que devia ser a nomenclatura desde o começo).

¹ Tradução informal pelo CIP de Julie Cooper and Sailendra Pattanayak, “Chart of Accounts: A Critical Element of the Public Financial Management Framework”, FMI, Departamento de Assuntos Fiscais, Agosto de 2011.

Mais importante ainda: as tabelas não identificam os pagamentos realizados por conceito de amortizações, componente crucial para calcular as necessidades de financiamento do défice. Sem estas apresentações, o Governo não pode calcular o saldo primário que é fundamental para o cálculo da solidez das finanças públicas (o saldo primário não inclui os pagamentos para dívida).

- Os impostos não são identificados devidamente. Nas tabelas dos Recursos do Estado identificam-se Impostos sobre Bens e Serviços. Dentro desta rubrica estão incluídos: o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA); o Imposto sobre o Consumo Específico de Produção Nacional; o Imposto sobre o Consumo Específico de Produtos Importados e o Imposto sobre o Comércio Externo. Segundo a classificação internacional, os Impostos sobre o Comércio Externo deveriam estar numa rubrica separada (tal como aparece na tabela que acompanha o programa com o FMI).

- Classificação de Receitas consignadas. Estas receitas denotam recursos captados por, ou destinados a, entidades que formam parte do Governo Central. Portanto, esta nomenclatura não representa uma identificação do tipo de recursos, porque pode tratar-se tanto de recursos fiscais como não fiscais. A tabela que acompanha o programa com o FMI não contém esta rubrica.

- Variação de saldos. Esta nomenclatura carece de qualquer valor informativo. O Governo deve indicar de que transacção se trata e indicar a conta a qual se refere a transacção.

- Operações financeiras activas e passivas. Mais nomenclaturas que carecem de qualquer valor informativo. Como se pode observar no REO, depois de analisar várias tabelas, as operações financeiras activas incluem despesas para financiar o capital social de empresas assim como empréstimos de retrocessão. Estes últimos estão ligados também a empréstimos com avales e, do ponto de vista internacional, a classificação deve falar de empréstimos líquidos. As operações financeiras passivas contém empréstimos internos e externos que devem ser classificados como financiamento e não como despesas (tal como o faz a Tabela 2 do REO 2015, Equilíbrio Orçamental).

Caixa 5

TABELA FISCAL INCORPORANDO PRÁTICAS INTERNACIONAIS “BEST PRACTICE”

Total da receita
Receitas fiscais
Rendimentos e lucros
Da qual:
Imposto sobre mais-valias
Outros
Bens e serviços
Da qual: sobre produtos petrolíferos
Comércio internacional
Outras
Receitas não fiscais
Total da despesa e empréstimos líquidos
Despesas correntes
Remuneração de empregados
Bens e serviços²
Dos quais: Segurança marítima
Juros sobre a dívida pública
Interna
Externa
Pagamentos de transferências
Despesas de capital
Com financiamento interno
Com financiamento externo
Empréstimos líquidos
Com financiamento interno
Empréstimos a empresas públicas com financ. externo receitas (+)/despesas (-) sem afecção²
Saldo primário interno, antes dos donativos, acima da linha³
Saldo global antes dos donativos
Donativos recebidos
Apoio a projectos
Apoio orçamental
Saldo global, após donativos
Financiamento externo líquido
Projectos
Projectos
Não relacionados a projectos
Outros desembolsos
Amortização em dinheiro Financiamento interno líquido

ANEXO 2. TABELA 11 – DESPESA DE INVESTIMENTO, SEGUNDO A ORIGEM E MODALIDADE DE FINANCIAMENTO¹

Tabela 11 - Desembolsos de Financiamento Externo
(Em Milhões de Meticais)

Modalidade de Financiamento	Donativos			Créditos			TOTAL		
	Previsão Anual	Realiz. Jan-Dez	% de Realiz.	Previsão Anual	Realiz. Jan-Set	% de Realiz.	Previsão Anual	Realiz. Jan-Dez	% de Realiz.
Apoio ao Orçamento a/	55,5	998,5	1799,1	943,0	0,0	0,0	998,5	998,5	100,0
Financiamento Via CUT	15.007,3	11.755,7	78,3	5.644,2	2.124,0	37,6	20.651,5	13.879,8	67,2
Financiam. Fora da CUT	3.129,8	3.610,4	115,4	22.414,6	16.908,6	75,4	25.544,4	20.519,1	80,3
Acordos de Retrocessão	0,0	0,0	0,0	8.848,6	5.759,1	65,1	8.848,6	5.759,1	65,1
Reembolsos e Ajuda alimentar	49,0	49,0	100,0	739,7	739,7	100,0	788,7	788,7	100,0
Total	18.241,6	16.413,6	90,0	38.590,1	25.531,4	66,2	56.831,7	41.945,0	73,8

Fonte: DNT, Módulo de Execução Orçamental (MEX) e Sectores

¹ Tabela 11 do Relatório de Execução do Orçamento Janeiro-Dezembro 2016.

ANEXO 3. TABELA 14 – DESPESAS TOTAIS POR ÂMBITO.

Despesas Totais por Ambitos			
Tipo de Despesa	Orçamento Revisto	Orçamento Acl	Realização (Jan-Dez)
Funcionamento	143,411.40	143,411.40	140,910.90
Central	84,820.50	77,931.90	77,217.50
Provincial	27,308.40	28,445.50	27,349.00
Distrital	29,096.00	34,847.50	34,174.10
Autarquico	2,186.60	2,186.60	2,170.30
Tipo de Despesa	Orçamento Revisto	Orçamento Acl	Realização (Jan-Dez)
Investimento Interno	28,870.40	28,870.40	23,310.30
Central	19,084.30	19,084.30	17,768.10
Provincial	4,867.50	4,867.50	2,936.20
Distrital	3,645.20	3,645.20	1,412.80
Autarquico	1,273.40	1,273.40	1,193.20
Tipo de Despesa	Orçamento Revisto	Orçamento Acl	Realização (Jan-Dez)
Investimento Externo	47,144.50	47,144.60	23,055.70
Central	41,873.20	40,836.10	18,780.90
Provincial	4,328.30	5,311.40	3,321.50
Distrital	943.00	997.10	953.30
Tipo de Despesa	Orçamento Revisto	Orçamento Acl	Realização (Jan-Dez)
Despesa Total	243,358.10	243,358.10	208,998.70
Central	169,709.80	161,784.10	135,488.40
Provincial	36,504.20	38,624.30	33,606.70
Distrital	33,684.20	39,489.80	36,540.20
Autarquico	3,459.90	3,459.90	3,363.40

ANEXO 4. TABELA 14 – DESPESAS TOTAIS POR ÂMBITO GRÁFICOS.

Gráfico 1. Despesas de funcionamento

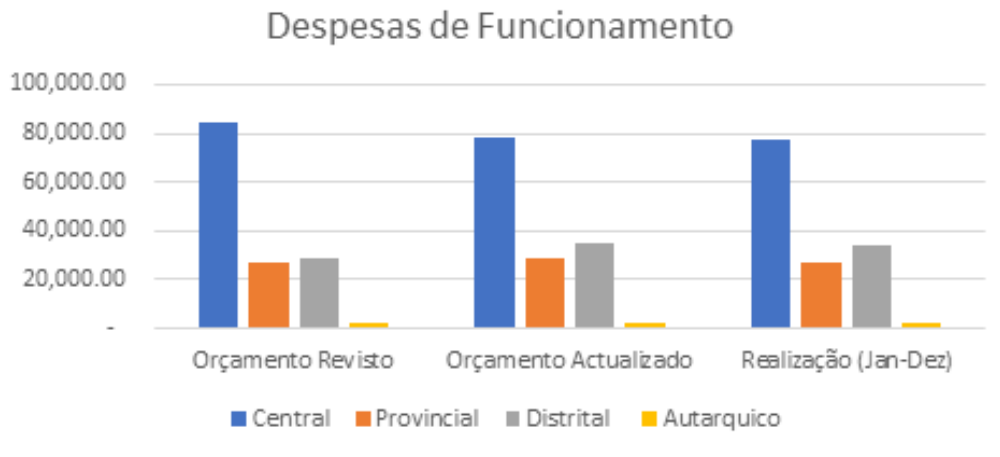


Gráfico 2. Despesas de Investimento Externo

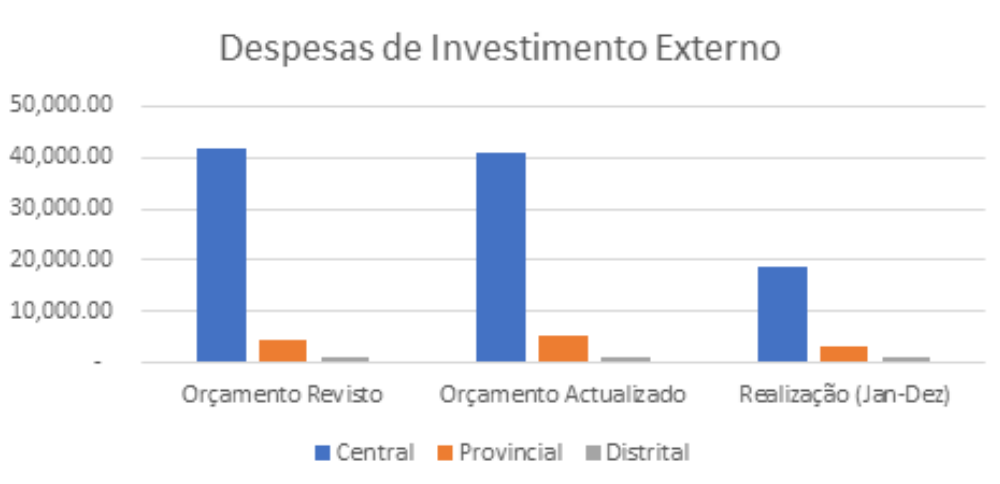
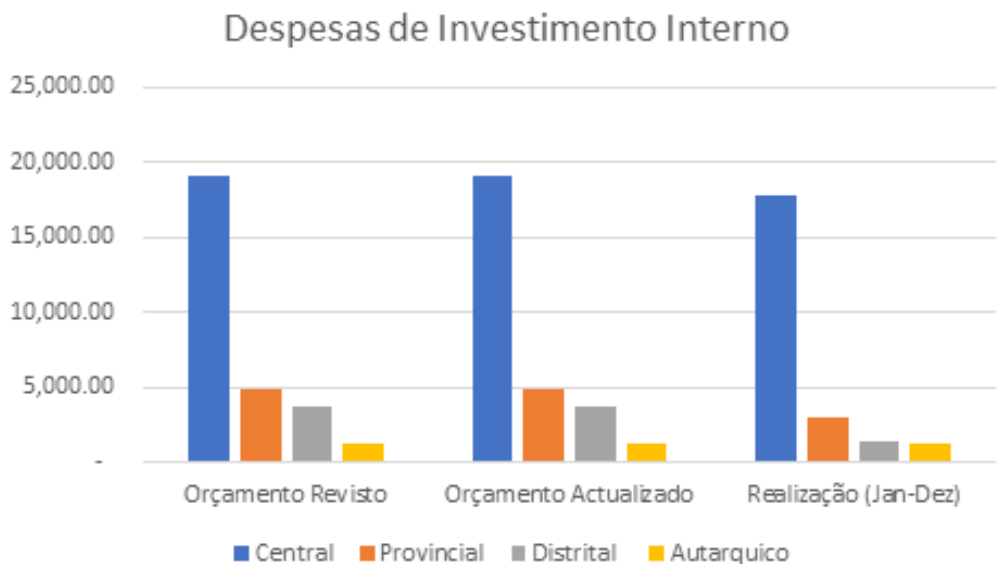


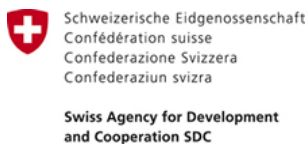
Gráfico 3. Despesas de Investimento Interno





CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Norwegian Embassy



Informação editorial

Director: Adriano Nuvunga
Autores: Jorge Matine e Celeste Filipe

Equipa técnica: Anastácio Bibiane, Baltazar Fael, Borges Nhamire, Celeste Filipe, Edson Cortez, Egídio Rego, Fátima Mimbire, Inocência Mapisse, Jorge Matine Stélio Bila,

Propriedade: Centro de Integridade Pública
Maquetização: Liliana Mangove

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerchild, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391

[f @CIP.Mozambique](#) [t @CIPMoz](#)
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique